

A Arquitetura de Segurança na Ásia-Pacífico

Luís Tomé

Professor da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e Professor Convidado no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e no Instituto da Defesa Nacional (IDN). Coordenador Científico e Investigador do OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores e Director-Adjunto do Anuário Janus e da revista científica Janus.net, e-journal of international relations.

Resumo

Este artigo analisa e procura compreender as circunstâncias ambivalentes que caracterizam a arquitetura de segurança na Ásia-Pacífico, evidenciando os impactos cruzados da geografia, da história e da nova estrutura de poder e demonstrando como as interações regionais são marcadas pela conjugação simultânea de competição e de cooperação (*congaement*) e, por outro lado, por posturas multivetoriais e multidirecionais (*hedging*) para redução de riscos, em função da volatilidade da situação e do pragmatismo com que os principais atores operam e se articulam.

Abstract

Asia-Pacific Security Architecture

This article analyze the security architecture of the Asia-Pacific, arguing over the impacts of geography, history and power, and showing that regional interactions are characterized by simultaneous postures of competition and cooperation (congaement) and by an hedging strategy where the actors take equal and sometimes opposite positions in several different directions, limiting or offsetting the probability of loss to their interests.

Arquitetura: arte e técnica de projetar e edificar o ambiente habitado pelo ser humano; de construção que trata simultaneamente os aspectos funcionais, construtivos e estéticos; desenho da organização do espaço e de seus elementos; ordenamento de componentes em qualquer situação de arranjo espacial.

A Ásia-Pacífico – espaço geográfico que inclui as sub-regiões da Ásia Meridional, da Ásia Oriental e da Oceânia – é já o epicentro da geopolítica mundial e da segurança internacional: é a área económica e estrategicamente mais dinâmica do mundo e onde se assiste à mais rápida acumulação de poder, aí “residindo” várias grandes potências ressurgentes com ambições globais (China, Japão, Índia e Rússia) e vários outros centros cruciais de poder (península coreana, Austrália, Paquistão, Indonésia, ASEAN ou APEC); dessa macrorregião provêm os principais desafios à democracia liberal, aos “valores Ocidentais” e à supremacia dos Estados Unidos (sobretudo, pela rápida ascensão da China); ali encontram-se conjugados todos os dilemas do binómio segurança-desenvolvimento, das enormes assimetrias socioeconómicas à dependência dos mercados e recursos externos; e na Ásia-Pacífico coincidem todos os riscos e ameaças para a segurança quer “tradicionais” (das rivalidades entre grandes potências a disputas territoriais e fronteiriças ou ao aumento significativo dos orçamentos e das capacidades militares) quer “não convencionais” (do terrorismo à insegurança humana, económica ou energética). As dinâmicas em curso na Ásia-Pacífico são, portanto, cruciais para a generalidade dos outros actores e regiões, uma vez que disso dependem cada vez mais os seus destinos e os do mundo.

Acresce que esta região está sob a pressão de uma multiplicidade de factores e de dinâmicas que desafiam a ordem e o sistema de segurança regional/internacional. Efetivamente, a estrutura de poder, os parâmetros de segurança e as interacções regionais estão em acelerada mutação – a trajectória das alterações e “ordem” regional permanecem, todavia, voláteis e incertos. Por isso, as expectativas que descrevem a “irresistível centralidade do novo hemisfério asiático” (Mahbubani, 2008) convivem com cenários que antevêm a “Balcanização” da Ásia “rasgada pela rivalidade” (Friedberg, 2000).

Este artigo visa analisar e compreender as circunstâncias ambivalentes que caracterizam a arquitetura de segurança na Ásia-Pacífico. Depois de evidenciar os impactos cruzados da geografia, da história e da nova estrutura de poder, demonstraremos como as interacções regionais são marcadas pela conjugação simultânea de competição e de cooperação (*congameant*) e, por outro lado, por posturas mul-

tidirecionais para redução de riscos não colocando os actores “todos os ovos no mesmo cesto” (*hedging*) em função da volatilidade da situação e do pragmatismo com que operam e se articulam.

Geografia, História e Poder

A arquitetura de segurança na Ásia-Pacífico tem por base vetores fundamentais relacionados com a geografia, a história e o poder que, conjugados com interesses e ambições, as interdependências económicas e os novos quadros multilaterais, são vitais para compreender a situação actual nesta região (Tomé, 2010).

A geografia é um vetor basilar porque é o primeiro que identifica e define a Ásia-Pacífico enquanto “região”, entendida como uma área confinada do globo onde um conjunto de actores reside e interage mais entre si, positiva ou negativamente, existindo uma determinada consciencialização de pertença a essa área e também do que é “extra-regional” (Blij, 2010). Sendo certo que as delimitações regionais continuam imprecisas e ambíguas, o facto é que a geografia faz da Ásia-Pacífico um “teatro de operações”, o “ambiente externo próximo” mais imediato e que mais diretamente afeta as visões e condutas de um determinado conjunto de decisores políticos. De igual modo, as interações (positivas e negativas) com os vizinhos próximos são genericamente mais intensas por não existirem os constrangimentos da “tirania da distância”.

A geografia não determina comportamentos nem relações, mas as percepções, o potencial, as ideias, as políticas e as interações, bem como as agendas e prioridades de segurança, derivam muito de circunstâncias geográficas básicas. Daí o impacto das respetivas posições, configurações e dimensões geográficas dos vários Estados aqui atuantes, bem como das fronteiras (terrestres e marítimas), das condições climáticas, dos recursos disponíveis ou das populações que lhes estão subjacentes, em toda a sua diversidade e complexidade. Mas há muitos outros exemplos que refletem o efeito da geografia na arquitetura de segurança na Ásia-Pacífico: o relacionamento “delicado” entre certos vizinhos (China-Índia, Índia-Paquistão, China-Japão, Japão-Rússia ou no Sudeste Asiático, etc.); a situação da Península Coreana, posicionada na “confluência” de grandes potências; os arquipélagos das Filipinas, da Indonésia e do Japão, “exteriores” e frontais ao continente Asiático, daí resultando especificidades, visões e alinhamentos próprios; o caso de Taiwan, território até certo ponto “tampão” à potência continental e que, sendo reintegrado na “Mãe-Pátria”, permitiria à China ganhar “projeção oceânica”; a posição da Mongólia, “encravada” entre a China e a Rússia; as muitas disputas territoriais entre vizinhos geográficos, desde a Caxemira aos mares da China; os dilemas em torno de certos Estreitos e rotas marítimas; as estratégias e os complexos de “cerco” percecionados por determinados alinhamentos; ou organizações regionais e “regionalismos” de

referência geográfica, como a ASEAN (*Association of South East Asian Nations*), a SAARC (*South Asian Association for Regional Cooperation*) ou a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*).

Figura 1 – Mapa da Ásia-Pacífico



A História é outro vetor que pesa, e muito, na atual arquitetura de segurança da Ásia-Pacífico: da convivência ao longo do tempo resultam memórias e experiências comuns e partilhadas e um lastro de interações neste espaço regional, novamente, positivas ou negativas. Esta região e as respectivas comunidades constituintes são produto das suas circunstâncias e evoluções históricas particulares: é a evolução histórica que nos traz até à realidade presente; é na História que radicam as culturas, as identidades, as perceções, as políticas e as interações atuais; e os comportamentos dos atores, a sua utilização das capacidades materiais e as suas relações são largamente influenciados pela respetiva leitura da História. Certas desconfianças e animosidades regionais (anti-China,

anti-EUA ou anti-Japão, por exemplo), bem como os conflitos e disputas fronteiriças que persistem (divisão da Península Coreana, Caxemira, ilhas Curilhas do Sul, ilhas Senkaku ou Mar da China do Sul, por exemplo), são “estigmas” e legados históricos. Outras “heranças” que influenciam a atualidade são determinadas imagens e ideias como o sino-centrismo, o Confucionismo, o nacionalismo, o anticolonialismo e o anti-imperialismo, a “não-ingerência nos assuntos internos”, o primado do coletivo, o peso da soberania, o papel do Estado ou a “Esfera de co-prosperidade da Ásia Oriental”, primeira tentativa de personificação do ideal macrorregional. De igual modo, o sistema de alianças dos EUA na Ásia-Pacífico, a diversidade e as especificidades de muitos dos regimes políticos, o pacifismo institucionalizado do Japão, o “socialismo de mercado” da República Popular da China, o caráter de *developmental state* generalizado na região ou o modelo muito particular de cooperação multilateral na região (*ASEAN way*) são legados históricos construídos em tempo de Guerra Fria e que não só subsistem como marcam profundamente as dinâmicas interativas e a arquitetura de segurança na Ásia-Pacífico atualmente.

Ao mesmo tempo, todavia, é necessário ter cuidado para não nos submetermos à “tirania da História” nem absorvermos demasiado dela, rejeitando qualquer forma de determinismo histórico: uma das principais lições da História, aliás, é que as relações internacionais e o sistema de segurança na Ásia-Pacífico estão em permanente reconstrução, com sucessivas mutações. De facto, nada se mantém imutável ao longo do tempo, como facilmente se verificará pelas alterações sistémicas decorrentes do declínio da China, da penetração e do domínio Ocidental, da ascensão e expansão do Japão, da Guerra Fria ou das transformações mais recentemente ocorridas na “nova ordem regional” ao nível de regimes políticos, situação económica, estrutura de poder, agenda de segurança, institucionalismo e multilateralismo, políticas, capacidades e estratégias dos principais actores e interacções mútuas.

Por outro lado, a evolução histórica torna claras quatro ilações significativas. Primeiro, os níveis internos e externos estão profundamente interligados, condicionando-se mutuamente: as variações nas condutas e interações em momentos distintos desde meados do século XIX, apenas para não recuarmos mais no tempo, são resultado tanto de alterações registadas no contexto internacional como das cíclicas e profundas transformações internas – o percurso distintivo de atores-chave como a China, a Índia, o Japão ou a Coreia ao longo dos últimos 150 anos ou os impactos do declínio chinês, do colonialismo europeu, da expansão japonesa, da Guerra do Pacífico, dos processos de independência ou da Guerra Fria EUA-URSS, são perfeitamente elucidativos.

Em segundo lugar, ainda que possamos descortinar traços de “carácter nacional” e de “cultura estratégica” decorrentes da respectiva matriz histórico-cultural, o

comportamento e as interações dos atores alteram-se consoante as condições de cada momento: as naturezas específicas de cada comunidade e de cada Estado são obviamente distintas entre si, mas a postura da China e as suas relações, por exemplo, também são diferentes no final do século XVIII, no final século XIX/início do século XX, nas décadas de 1930 ou 1950, nos anos 1970/1980 ou na atualidade, tal como o comportamento do Japão e os seus relacionamentos entre o final do século XIX e a Segunda Guerra Mundial são muito distintos das últimas décadas.

Terceiro, não há nada de inevitável no impacto das pressões externas ou na forma como os actores respondem a desafios similares – como revelam as reações regionais distintivas das várias comunidades e unidades políticas asiáticas à pressão Ocidental no final do século XIX, aos constrangimentos inerentes à bipolarização política mundial ou às transformações sistémicas resultantes do fim da “dupla guerra fria” (EUA-URSS e China-URSS). De igual modo, sendo certo que após a vitória americana na Guerra Fria também se verificaram processos de democratização na região (da Mongólia à Indonésia, passando pelas Filipinas ou Tailândia), o facto é que subsistiram e continuam a existir regimes formalmente comunistas (República Popular da China, Vietname, Laos e Coreia do Norte) e muitos outros regimes autocráticos e “híbridos”, “democracias imperfeitas” e semi-autoritários, sendo a Ásia-Pacífico caracterizada pela extrema diversidade de sistemas políticos.

Finalmente, a evolução histórica também demonstra como não há inevitabilidade nem relação causa-efeito simples entre, por um lado, desenvolvimento económico e liberdade política e, por outro, regime político e laços de segurança. No primeiro caso, a Ásia-Pacífico é fértil em exemplos de coexistência duradoura entre crescimento económico e autoritarismo político (no passado, a Coreia do Sul, Taiwan e Singapura ilustram-no bem, tal como entretanto também a China, o Vietname ou Myanmar). No caso da relação entre sistema político e laços de segurança, os conflitos entre regimes comunistas (URSS-China, China-Vietname ou Vietname-Camboja) nas décadas de 1960 a 1980 são paradigmáticos da não coincidência entre sistemas políticos e alinhamentos estratégicos. Outro exemplo elucidativo são os efeitos distintos da democratização na Coreia do Sul e em Taiwan: a democratização sul-coreana nunca pôs em causa o consenso interno em torno do ideal da reunificação da Península nem sequer o princípio da não-nuclearização, favorecendo inclusivamente a política de apaziguamento com a Coreia do Norte; em Taiwan, ao invés, o processo de democratização, fez emergir as profundas divisões internas em torno do ideal de reunificação com a China e da “identidade chinesa/taiwanesa”, ameaçando o *status quo* no Estreito e fazendo aumentar a tensão com Pequim, sobretudo e pelo menos até ao regresso do *Kuomintang* ao poder por via das vitórias nas eleições Presidenciais e Legislativas, em 2008.

Os atores e a região devem, portanto, ser situados no seu contexto histórico, embora sem qualquer determinismo e reconhecendo que a Ásia-Pacífico continua e continuará em reconstrução permanente (Tomé, 2010).

Um terceiro vetor que contribui para compreender e explicar a arquitetura de segurança na Ásia-Pacífico é o Poder. Uma das transformações provocadas pelo fim da bipolarização política mundial e pela implosão da União Soviética foi a recomposição das estruturas de poder. A um nível mais geral, verifica-se que ao longo das últimas duas décadas se foi acumulando poder económico e estratégico nesta região, tornando a Ásia-Pacífico cada vez mais central na distribuição do poder mundial. O significado da nova estrutura de poder para a segurança e as interações regionais implica, porém, muito mais do que o simples inventário e a comparação das capacidades materiais dos atores.

Economicamente, a Ásia-Pacífico é a região mais dinâmica do mundo, registando-se aqui um aumento generalizado, contínuo e acentuado quer dos Produtos Internos Brutos (PIBs) quer do volume das importações e exportações, sempre acima da média mundial e ainda mais saliente se comparativamente a outras regiões. O resultado é um aumento muito significativo das parcelas da região no comércio e na economia mundiais: entre 1980 e 2013, o *share* da Ásia-Pacífico no PIB mundial passou de 21,1% para 39,5%; por comparação, no mesmo período, o *share* do conjunto das Américas diminuiu de 38,4% para 29,1% e o da UE27 de 31,1% para 18,8% (quadro 1).

Quadro 1 - Share (%) no PIB mundial em ppp*, por regiões, 1980-2013

	1980	1990	2005	2013**
África	4.2	3.8	3.7	4.1
Ásia e Pacífico	21.1	26.8	32.2	39.5
Médio Oriente	3.7	3.1	3.5	3.6
Américas	38.4	36.4	32.5	29.1
União Europeia	31.1	28.5	23.0	18.8

Nota: *ppp = paridade de poder de compra; ** estimativa

Fonte: IMF DataMapper

Por outro lado, parte substancial deste impressionante registo regional deve-se ao ritmo de crescimento de “países em desenvolvimento” como a Índia, o grupo ASEAN e, acima de tudo, a China, esta já a segunda maior economia do mundo atrás dos EUA mas assumidamente a nova estrela da economia mundial e no lugar que outrora pertenceu ao Japão, bem como a “Ásia em desenvolvimento” que atrai as atenções que em tempos se dirigiam para os “tigres” e “dragões” asiáticos. Ape-

sar dos muitos constrangimentos e desafios que enfrentam, a escalada continuada destas economias nos *rankings* dos maiores PIBs ou dos maiores exportadores e importadores justificam essa atenção e demonstram o seu novo vigor e poder económico, com natural destaque para as posições da China (quadros 2 e 3).

Quadro 2 - Share (%) no PIB mundial em ppp, por economia, 1992-2013

Países	1992	2000	2008	2013*
Austrália	1.18	1.24	1.17	1.15
China	4.31	7.12	11.71	15.63
Índia	3.01	3.71	4.84	5.82
Japão	9.39	7.69	6.19	5.45
Coreia do Sul	1.48	1.83	1.92	1.96
Paquistão	0.55	0.57	0.61	0.62
Rússia	4.19	2.64	3.24	3.04
Estados Unidos	22.75	23.52	20.37	18.65
ASEAN (Sudeste Asiático)	3.25	3.57	4.02	4.42
Zona Euro	20.12	18.34	15.51	13.28

Nota: *ppp = paridade de poder de compra; ** estimativa

Fonte: IMF DataMapper

Quadro 3 - Maiores exportadores e importadores, 2011 (bilhões de USD e %)

Posição	Exportadores	Valor	Share	% variação anual
1	China	1,899	10.4	20
2	EUA	1,481	8.1	16
3	Alemanha	1,474	8.1	17
4	Japão	823	4.5	7
7	Coreia do Sul	555	3	19
9	Rússia	522	2.9	30
12	Hong Kong, RPC	456	2.5	14
Posição	Importadores	Valor	Share	% variação anual
1	EUA	2,265	12.3	15
2	China	1,743	9.5	25
3	Alemanha	1,254	6.8	19
4	Japão	854	4.6	23
9	Coreia do Sul	524	2.9	23
10	Hong Kong, RPC	511	2.8	16

Fonte: WTO, *World Trade Report* (2012: 30).

Este crescimento económico tem-se refletido na melhoria das condições de vida de centenas de milhões de asiáticos e servido como fonte crucial de legitimação de muitos regimes. Subsistem, contudo, enormes assimetrias e acentuou-se a pressão de certos desafios relacionados, por exemplo, com as necessidades energéticas e de outros recursos, a degradação ambiental ou a dependência de mercados externos, condicionando as respectivas políticas internas e externas. Consequentemente manter condições favoráveis ao desenvolvimento económico e social é do interesse de todos os atores e um vetor comum que contribui positivamente para um ambiente de relativa estabilidade, paz e segurança na Ásia-Pacífico pelos incentivos adicionais à moderação e à cooperação.

Paralelamente, todavia, o crescimento económico origina certos dilemas tradicionais de segurança na região. Desde logo, acentuou-se a competição por recursos, rotas e mercados e as políticas monetárias e comerciais tornaram-se instrumentos mais declarados de disputa, especialmente entre a China, os EUA, o Japão, a Índia, a Coreia do Sul, a Rússia e a ASEAN, seja porque são decisivas para o que cada um pode ganhar e acumular numa economia globalizada (Beeson, 2007) ou por via de uma incompatibilidade estrutural dos respetivos “estilos nacionais de capitalismo”, como argumenta Gilpin (2003).

Por outro lado, o poder económico acaba por se refletir também no poderio militar (a maior disponibilidade financeira permite aos atores aumentarem e fortalecerem as respetivas capacidades militares, como acontece nesta região) e na forma de incentivos ou sanções – cedência ou negação de ajuda, recursos, tecnologia ou mercados – ao serviço das respetivas políticas externas e de segurança, além do “poder de atração” que economias vigorosas exercem. Nesta medida, o crescimento de certas economias da Ásia-Pacífico está a ter implicações profundas nos equilíbrios geopolíticos regionais e globais – destacando-se, inevitavelmente, a China, cujo potencial estratégico é amplamente favorecido pelo crescimento económico e que Pequim, aliás, assume sem ambiguidades: *“Sticking to the principle of coordinated development of economy and national defense, China makes overall plans for the use of its national resources and strikes a balance between enriching the country and strengthening the military”* (China, 2009: 9). O dilema para os demais actores é que ao mesmo tempo que favorecem o crescimento económico da China – daí tirando dividendos e fomentando a cooperação de Pequim – também contribuem para o fortalecimento do “poder nacional abrangente” chinês que pode vir a ser utilizado contra os seus interesses e valores.

E o facto é que acompanhando e mesmo superando o ritmo de crescimento do PIB, vem-se assistindo ao fortalecimento das capacidades militares na Ásia-Pacífico. Aqui residem alguns dos Estados com as maiores forças armadas do mundo (China, Índia, Coreia do Norte, Rússia, Paquistão, Coreia do Sul, Vietname, Indonésia ou Myanmar, além dos EUA), todos empenhados na respetiva modernização e de-

envolvimento de capacidades. Com efeito, se é verdade que o número de efetivos e a percentagem do PIB afecta à Defesa até diminuíram, na generalidade dos casos, também é inquestionável o aumento continuado e significativo dos orçamentos de Defesa em termos reais na macrorregião: as despesas militares no conjunto da Ásia-Pacífico registam um “salto” de 132 para 330 mil milhões USD entre 1988 e 2011 (a preços constantes de 2010), ultrapassando pela primeira vez desde 2009 o somatório da Europa Ocidental e Central (SIPRI *Military Expenditure Database*; ver quadro 4).

Os elevados orçamentos de Defesa contribuem para justificar o crescente impacto da Ásia-Pacífico no mercado mundial de armamentos: no período 2007-2011, esta região representa 44% do total das importações mundiais de armamentos, muito acima da parcela da Europa com 19%, dos 17% do Médio Oriente, 11% das Américas e 9% de África (SIPRI, 2012: 13).

Tratando-se, evidentemente, de uma realidade multiforme, na medida em que há grande diversidade de casos e de circunstâncias, não deixa de ser significativo que tal aconteça num ambiente regional que os próprios atores reconhecem como relativamente pacífico e desanuviado, sobretudo, comparativamente a Eras anteriores.

Quadro 4 – Despesas militares por região, 1988-2011 (biliões de USD a preços constantes de 2010, excepto para a última coluna com preços correntes de 2011)

	1988	1998	2008	2011	2011 (preços correntes)
Total Mundo	1511	994	1507	1625	1728
África	15.3	14.4	27.8	32.2	34.3
Américas	600	424	714	780	809
América do Norte	560	381	650	712.7	736
Ásia e Oceania	132	172	283	330	364
Ásia Central	xxx	0.6	1.9	2.2	2.4
Ásia Oriental	95.7	128	212	250	275
Ásia do Sul	21.3	27.9	47.1	53.0	58.4
Oceania	15.1	16.2	22.9	24.6	28.6
Europa	707	318	384	376	407
Europa Ocidental	305	275	296	283	304
Europa de Leste	331	23.2	64.9	72.1	80.5
Médio Oriente	56.1	66.0	99	106	113

Fonte: SIPRI *Military Expenditure Database*

A questão é que estas evoluções e circunstâncias nos domínios económico e estratégico têm implicações profundas na estrutura de poder da Ásia-Pacífico e do mundo. No topo desta estrutura continuam os Estados Unidos: apesar de muito se discutir a sua posição, a realidade é que permanecem isolados na categoria de superpotência, baseados na sua superioridade militar (representando sozinhos cerca do dobro das despesas militares de todos os outros países somados na Ásia-Pacífico); na sua vasta presença estratégica (do Afeganistão ao Alasca, incluindo nos territórios sul-coreano e japonês e nos Oceanos Índico e Pacífico); no seu antigo e renovado sistema de alianças (com o Japão, a Coreia do Sul, a Tailândia, as Filipinas, o Paquistão, a Austrália e a Nova Zelândia), bem como as “quase-alianças” com Singapura, a Indonésia ou a Mongólia e ainda Taiwan; na sua enorme influência político-diplomática (quer junto dos governos quer junto das instituições internacionais e regionais); na sua avançada ciência e tecnologia em todos os domínios – civil, militar e espacial; e na sua superioridade económica – mesmo não gozando da supremacia de outrora, dispõe ainda da maior economia do mundo e é certamente a mais influente.

O poder preponderante dos EUA e a sua “estratégia *cocktail*” (Tomé, 2011) desempenham um papel crucial na manutenção dos equilíbrios regionais e na estabilização das relações entre os grandes atores asiáticos: por exemplo, o Japão, a Coreia do Sul, certos países do Sudeste Asiático e, até certo ponto, a Rússia, a Mongólia e também a Índia encaram os EUA como decisivos para balancear a rápida ressurgência da China. Similarmente, a China, a Coreia do Sul, a Rússia e países do Sudeste Asiático olham a dependência japonesa dos EUA em termos de segurança e defesa como mecanismo útil para atrasar e enquadrar a “normalização militar” do Japão. A *pax americana* condiciona, assim, as opções dos outros atores e as interações regionais, temperando animosidades, crises e disputas e prevenindo/dissuadindo a guerra, eventualmente, na Caxemira, no Estreito de Taiwan ou na Península Coreana. Os EUA continuam também a ser fundamentais para o desenvolvimento económico e a prosperidade da generalidade dos países asiáticos, além de fornecerem ajuda ao desenvolvimento, assistência humanitária e socorro de emergência e de serem decisivos para o progresso dos direitos humanos e da democracia e da segurança económica, energética e humana na região. Contudo, a supremacia dos EUA é limitada e incompleta, não sendo verdadeiramente sinónimo nem de unipolaridade nem de ordem hegemónica.

De facto, outros pólos de poder têm vindo a ressurgir ou a emergir na Ásia-Pacífico e que são muito e crescentemente relevantes. Salienta-se destes a China, historicamente proeminente, vencedora da “outra Guerra Fria”, grande ganhadora da globalização e principal potência ressurgente nos domínios económico, estratégico e político pela dimensão e pelo ritmo, condicionando as políticas dos

outros atores e obrigando a “acomodações” quer dos seus vizinhos asiáticos quer da potência proeminente: no fundo, a arquitetura da Ásia- Pacífico volta a ter, em larga medida, um aspeto sinocêntrico e certos contornos de bipolaridade EUA-China.

Paralelamente, assistimos à ressurgência da Índia, do Japão e da Rússia e à emergência de outros pólos de poder regionais como o grupo ASEAN e a Coreia do Sul e mesmo o Paquistão, a Austrália, a Indonésia ou o Vietname: embora muito distintos nas respectivas naturezas, capacidades e impactos, todos eles vêm ganhando “autonomia”, “margem de manobra” e poder e influência, com as suas capacidades, evoluções e políticas a serem atentamente seguidas e ponderadas pelos outros atores e a afetarem o realinhamento da balança de poder regional e a arquitectura de segurança na Ásia-Pacífico.

O significado desta situação é duplo: primeiro, ao invés da tradicional premissa realista, o jogo de poder não é de “soma nula”, isto é, o “mais” de uns não resulta necessariamente do “menos” de outros; segundo, a estrutura de poder regional assume uma configuração extraordinariamente híbrida e muito complexa onde se conjugam elementos de hegemonia, de bipolaridade e de multipolaridade.

Congagement e Hedging

Com base naquelas condições, a “ordem” e a arquitetura de segurança na Ásia-Pacífico são atualmente marcadas por dois tipos de padrões comportamentais: o *congaement* e o *hedging*. O primeiro resulta da associação entre *containment* e *engagement*, já que no cerne dos comportamentos e dos relacionamentos regionais está o exercício simultâneo de políticas de contenção e de envolvimento, de competição mas também de cooperação e articulação entre os mesmos atores e grupos. Por seu lado, o *hedging* “*involves pursuing various paths to secure a nation's interests in an uncertain environment. Thus, while pursuing détente with a former adversary, a nation may continue to pursue military modernization and improved relations with the adversary's neighbours as a means to keep the adversary in check should the détente fail. It also means that a country's ostensible foreign policy approach may have varied and sometimes hidden objectives, allowing the country to benefit under varied circumstances in a fluid regional context.*” (Sutter, 2005: 273). Ou seja, num ambiente percecionado como volátil e em que o rumo dos acontecimentos e o comportamento dos outros é incerto, os atores optam pela prudência e pela ambivalência, não correndo riscos e não colocando todos os “ovos no mesmo saco”, utilizando todo o tipo de instrumentos e jogando em todas as direções, dimensões e canais possíveis.

O *congaement* e o *hedging* estão, portanto, intimamente relacionados e são o resultado do enorme pragmatismo nas condutas dos atores (Rocher e Godement, 2006), sem arriscar alienar qualquer dos seus interesses mas, ao mesmo tempo, articulando-se uns com os outros onde é possível em torno de certos interesses

e denominadores comuns, no espírito “sim-sim” e *win-win* de “ganhos mútuos” (Tomé, 2010: cap. VI, em particular, VI.7).

A arquitetura regional assenta, em larga medida, em elementos de competição e de balança de poder, mercê de um sistema volátil e dinâmico de pesos e contra-pesos, com os atores a procurarem acautelarem a sua posição balanceando, compensando e mesmo contrariando aqueles que percebem como problemáticos ou mesmo ameaça (real ou potencial) aos seus interesses vitais. Assim, os EUA procuram manter a sua proeminência enquanto vão construindo um sistema Asiático de contra-peso à rápida ressurgência da China; esta procura contrariar a supremacia dos EUA ao mesmo tempo que controla a ascensão político-estratégica do Japão ou da Índia; a Rússia tenta conter os EUA mas também está atenta à ascensão da China; o Japão, a Índia, a Coreia do Sul, a Mongólia, Taiwan, o Vietname, Singapura, Filipinas ou mesmo a Austrália vão manobrando no sentido de contrabalançar a ascensão da China; o Paquistão e a Índia contrabalançam-se mutuamente, com a segunda a tentar conter também a China; de igual modo, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul procuram balancear-se entre si, e enquanto a primeira joga também com motivações anti-EUA e anti-Japão, a segunda mostra-se particularmente atenta à ascensão chinesa e à gradual normalização estratégica do Japão, etc.

Além disso, até certo ponto, vislumbra-se um “grande jogo” competitivo entre dois eixos: um em torno dos EUA (e que inclui aliados como o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, a Austrália e a Nova Zelândia e parceiros estratégicos como Singapura, Indonésia e até o Vietname) e outro com a China no centro (e onde se podem incluir virtualmente a Rússia, a Coreia do Norte ou o Myanmar), tentando cada um destes “eixos” atrair para o seu “campo” outros parceiros como a Índia, o Paquistão, a Mongólia e países do Sudeste Asiático e da Ásia Meridional. A sustentação do sistema de alianças bilaterais dos EUA, bem como os diálogos trilaterais (EUA-Japão-Coreia do Sul e EUA-Japão-Austrália), a Iniciativa Quadri-lateral (EUA-Japão-Austrália-Índia) ou mais recentemente as iniciativas americanas de constituir uma *New Silk Road* (promovendo os laços e intercâmbios da Ásia Central e do Afeganistão à Ásia Meridional através da promoção da liberalização económica e de novas infraestruturas energéticas e de transportes) e a *Trans-Pacific Partnership* (EUA, Austrália, Brunei, Chile, Malásia, Nova Zelândia, Perú, Singapura, Vietname, México, Canadá e ainda o Japão e a Coreia do Sul) evidenciam um desses eixos; do outro lado podem invocar-se as parcerias estratégicas bilaterais da China com a Rússia, a Índia, a Coreia do Norte, Myanmar e ainda o Irão, bem como o Triângulo Estratégico China-Rússia-Índia, as Cimeiras BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) ou a Organização de Cooperação de Xangai (China, Rússia e países da Ásia Central).

A alimentar uma certa impressão de ambiente competitivo somam-se os muitos conflitos e disputas territoriais e fronteiriças que subsistem, incluindo alguns *hots-*

pots (Caxemira, Península Coreana e Taiwan) envolvendo as grandes potências. A China, por exemplo, além da questão de Taiwan (“protegido” pelos EUA), mantém disputas com a esmagadora maioria dos países vizinhos e nas áreas circundantes: ao Japão, reclama as ilhas Senkaku/Diaoyu; à Índia reivindica o Arunachal Pradesh; à Coreia do Sul, as ilhotas Socotra (a que os coreanos se referem como Leodo ou Parangdo e os chineses Suyan); entre a China e a Coreia do Norte subsiste o diferendo fronteiriço em torno da montanha Baekdu (designação coreana) ou Changbai (designação chinesa); com o Butão, a China disputa áreas fronteiriças ao longo dos 470 km da fronteira comum. Pequim está ainda envolvida nas disputas de áreas de soberania e de exploração e/ou as Zonas Económica Exclusivas (ZEEs) respetivas no Mar Amarelo (com a Coreia do Norte, a Coreia do Sul e o Japão), no Mar da China Oriental (China, Japão e Coreia do Sul) e no Mar da China Meridional (com países do Sudeste Asiático).

Também o Japão permanece com os seus limites fronteiriços indefinidos por disputas territoriais que mantém com todos os seus vizinhos: além da disputa das ilhas Senkaku/Diaoyu com Pequim e Taipé, o Japão reivindica à Rússia as ilhas Curilhas do Sul/ Territórios do Norte (mais concretamente, as ilhas Etorofu, Kunashiri, Shikotan e Habomai) e à Coreia do Sul as ilhotas Dokdo (em coreano) ou Takeshima (em japonês), no Mar do Japão.

Por seu lado, a Índia disputa com o Paquistão o território de Sir Creek e fronteiras marítimas e, sobretudo, a Caxemira; reivindica à China os territórios de Aksai Chin e Trans-Karakoram (considerados por Nova Deli parte da Caxemira) enquanto aquela lhe disputa o Arunachal Pradesh (considerado por Pequim parte integrante do Tibete). A Índia mantém ainda disputas com as Maldivas sobre a ilha Minicoy; com o Nepal sobre a cidade de Kalapani e o distrito de Nawalparasi; e com o Bangladesh sobre 162 minúsculos enclaves e sobre a ilha Talpatti Sul/New Moore na baía de Bengala, além de 6,5 km de fronteira terrestre por demarcar entre os dois países.

No Sudeste Asiático, o Vietname reclama à China as ilhas Paracel, disputando também os dois países os limites respetivos no Golfo de Tonquim. As Filipinas disputam com a China os baixios/atóis de Scarborough ou Panatag (cuja designação chinesa é Huangyan Dao) e de Macclesfield Bank (Zhongsha Qundao para os chineses). O Vietname, as Filipinas, a China e também o Brunei, a Indonésia e a Malásia disputam o arquipélago das Spratley e áreas de soberania no Mar da China Meridional, mantendo-se igualmente por regular o Golfo da Tailândia – disputado entre o Vietname, o Camboja, a Malásia e a Tailândia –, bem como vários diferendos fronteiriços entre países da ASEAN. Tal como o Mar de Timor, alvo da disputa entre a Indonésia, Timor-Leste e a Austrália.

A tudo isto acresce a latente “corrida aos armamentos” existente na Ásia-Pacífico, com a generalidade dos Estados a encararem as capacidades militares como

instrumento decisivo de segurança e, daí, apostados em modernizarem os seus dispositivos de forças e aumentarem significativamente os respectivos orçamentos de defesa (quadro 5), em vários casos com aumentos sucessivos de dois dígitos anualmente: segundo o SIPRI (2012: 9), o *top 10* dos maiores “gastadores militares” inclui os EUA (1.º e muito destacado), a China (2.ª), a Rússia (3.º), o Japão (6.º) e a Índia (7.º); similarmente, no *ranking* dos maiores importadores de armamentos, as primeiras seis posições são ocupadas por Estados desta região, respectivamente a Índia (representando 10% do *share* mundial), a Coreia do Sul (6%), o Paquistão (5%), a China (5%), Singapura (4%) e Austrália (4%) (*ibid.*: 13). Para esta lógica aparentemente competitiva contribui ainda a falta de transparência nas despesas militares por parte de determinados Governos (China e Coreia do Norte, sobretudo, mas também Myanmar, o Vietname e o Laos), bem como o desenvolvimento e/ou a aquisição de certo tipo de capacidades particularmente preocupantes como as que envolvem meios aéreos e navais, mísseis e armas químicas, biológicas e nucleares (Japan Ministry of Defense, 2012).

Na realidade, a Ásia-Pacífico é a região onde se concentram não só os maiores exércitos do mundo em acelerada modernização e muitos dos mais elevados orçamentos de defesa mas também onde pontificam graves problemas de proliferação de Armas de Destruição Massiva (ADM). A China, a Coreia do Norte, a Rússia, os EUA, a Índia e ainda a Coreia do Sul são possuidores de armas químicas, sendo o Paquistão suspeito de as tentar desenvolver. Quanto às armas biológicas, a Rússia, a China e a Coreia do Norte são suspeitas de as possuírem, enquanto a Índia e o Paquistão poderão estar a prosseguir programas de pesquisa ofensivos nesse domínio. Relativamente às capacidades nucleares e além da Rússia, dos EUA e da China, são possuidores de armas atómicas também a Índia e o Paquistão (nunca signatários do Tratado de Não Proliferação-TNP nuclear) e ainda a Coreia do Norte (apesar de signatária de vários acordos de desnuclearização e parte do TNP até renunciar em 2003, manteve sempre um programa de armamento nuclear e realizou testes atómicos em 2006, 2009, e outro já em 12 de fevereiro de 2013). Ou seja, duas décadas depois da Guerra Fria ter terminado, há mais potências militarmente nucleares e o número de armas nucleares na Ásia-Pacífico continua a ser muito elevado – quase 20 mil, combinando os arsenais estimados daquelas seis potências (SIPRI, 2012: 14), as mesmas que dispõem ainda de mísseis balísticos ofensivos com alcance superior a 1000 km.

**Quadro 5 – Despesas militares na Ásia-Pacífico (milhões de USD
– preços constantes 2010, exceto última coluna)**

	1989	1999	2009	2010	2011	2011 (preços correntes)
EUA	534.906	367.822	679.574	698.281	689.591	711.421
China	16.600	31.191	116.666	121.064	129.272	142.859
Indonésia	1.442	1.656	3.971	4.663	5.220	5.709
Japão	48.022	54.385	54.339	54.641	54.529	59.327
Coreia do Sul	13.667	17.397	27.708	27.572	28.280	30.799
Malásia	1.549	2.476	4.413	3.859	4.223	4.587
Filipinas	1.871	2.006	2.322	2.438	2.225	2.417
Vietname	1.609	..	2.397	2.672	2.487	2.675
Índia	17.842	25.043	45.903	46.086	44.282	48.889
Paquistão	3.655	4.181	5.504	5.661	5.685	6.282
Austrália	13.117	15.518	22.938	23.221	22.955	26.706
Rússia	30.7019	21.289	59.565	58.644	64.123	71.853

% do PIB

	1989	1999	2009	2010
EUA	5.5	3.0	4.8	4.8
China	2.5	1.9	2.2	2.1
Indonésia	0.9	0.6	0.6	0.7
Japão	0.9	1.0	1.0	1.0
Coreia do Sul	4.4	2.7	2.9	2.7
Malásia	2.6	2.1	2.1	1.6
Filipinas	2.2	1.6	1.3	1.2
Vietname	7.7	..	2.5	2.5
Índia	3.5	3.1	2.9	2.7
Paquistão	6.0	3.8	2.8	2.8
Austrália	2.0	1.9	1.9	1.9
Rússia	14.2	3.4	4.3	3.9

Fonte: SIPRI Military Expenditure Database

Contudo, a competição referida é apenas uma das faces da arquitetura de segurança na Ásia-Pacífico. Existe, simultaneamente, toda uma faceta cooperativa, motivada quer pelo interesse comum relacionado com a necessidade de garantir um indispensável ambiente de paz e estabilidade, essencial para o crescimento e o

desenvolvimento económico, quer também pela percepção de que problemas comuns transnacionais (do combate ao terrorismo e à pirataria marítima à segurança económica e energética) requerem soluções comuns. Essa faceta cooperativa é evidenciada, desde logo, na esfera económica e comercial, verificando-se aumentos assinaláveis nos intercâmbios e interdependências entre as economias da região e com outros parceiros de outras regiões ao longo das últimas décadas. Daí uma arquitetura muito mais complexa notória, por exemplo, na densificação crescente das interdependências e pela não coincidência entre certos “alinhamentos estratégicos” que descrevemos anteriormente e o significado comercial mútuo: por exemplo, a China é o primeiro parceiro comercial do Japão, da Coreia do Sul, do grupo ASEAN ou da Austrália e o terceiro dos EUA ou da Índia; os EUA são o segundo maior parceiro comercial da China mas somente o terceiro do Japão e o quinto da Coreia do Sul, da Austrália ou da Índia; o Japão é o terceiro maior da China e o quarto da Rússia mas somente o quinto maior dos EUA; a Índia é o sétimo maior da Austrália, o oitavo da China e da ASEAN e apenas o nono dos EUA e o décimo da Rússia; e o grupo dos dez Estados da ASEAN já consegue ser o segundo maior parceiro comercial do Japão, da Coreia do Sul e da Austrália, o quarto da China e da Índia e o sexto dos EUA, representando o comércio intra-ASEAN 25,6% do total do comércio externo dos países integrantes da Associação (quadro 6).

Quadro 6 – Interdependências comerciais (posições nos *rankings* e *shares (%)* no total do comércio (Impor + Expor) dos parceiros)

Parceiros	China	Japão	ASEAN	Coreia Sul	Rússia	EUA	Índia	Austrália	UE27
China		3 (10,5)	4 (10,3)	5 (7,3)	10 (2,0)	2 (13,6)	8 (2,2)	7 (3,1)	1 (17,0)
Japão	1 (21,8)		2 (15,4)	5 (6,6)	13 (1,8)	3 (13,7)	20 (1,1)	6 (4,4)	4 (11,1)
ASEAN10	1 (12,7)	2 (11,4)		5 (5,3)	12 (0,7)	4 (9,5)	8 (3,0)	11 (3,0)	3 (10,7)
Coreia Sul	1 (21,8)	3 (10,7)	2 (11,3)		10 (2,0)	5 (10,5)	12 (2,0)	7 (3,1)	4 (10,7)
Rússia	2 (10,0)	4 (3,9)	8 (2,1)	7 (3,0)		5 (3,7)	10 (1,3)	37 (0,1)	1 (47,1)
EUA	3 (14,9)	5 (5,8)	6 (5,7)	7 (2,8)	15 (1,0)		9 (1,6)	20 (1,0)	1 (17,8)
Índia	3 (10,4)	13 (2,3)	4 (9,3)	12 (2,4)	24 (0,9)	5 (7,5)		10 (2,4)	1 (14,8)
Austrália	1 (22,5)	3 (14,2)	2 (14,8)	6 (6,3)	25 (0,3)	5 (7,8)	7 (4,1)		4 (13,6)
UE27	2 (13,3)	7 (3,6)	5 (5,0)	10 (2,1)	3 (9,5)	1 (13,8)	8 (2,5)	17 (1,3)	

Nota: Dados referentes a 2011 para a UE e a 2010 para os restantes

Fonte: European Commission – DG Trade

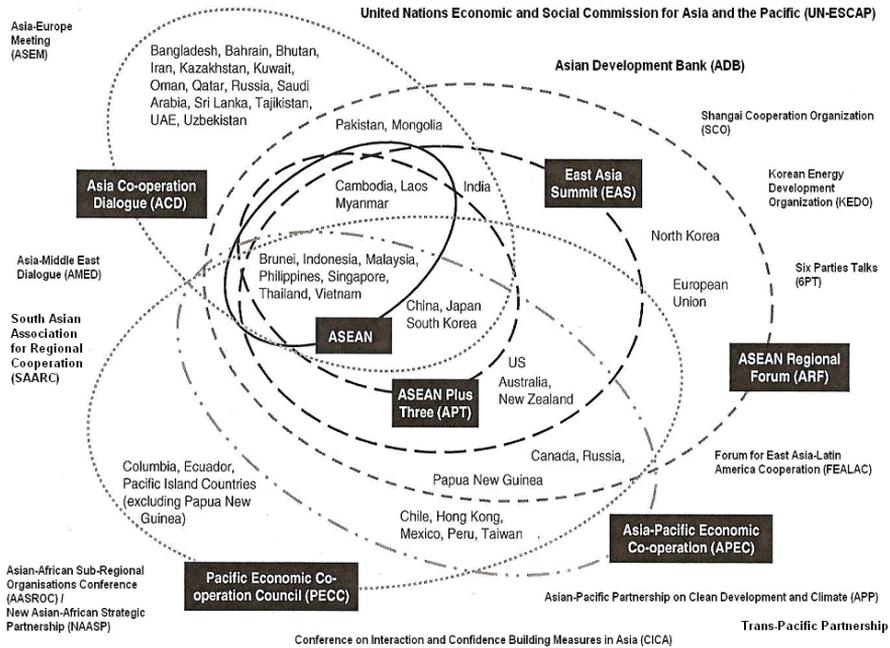
A dimensão cooperativa surge igualmente nas organizações e nos regimes internacionais, bem como noutros tipos de mecanismos e processos multilaterais regionais que, manifestamente, afectam cada vez mais a arquitectura de segurança na Ásia-Pacífico. Com efeito, uma das evoluções mais impressionantes nesta região nas últimas décadas é a proliferação de instituições e canais multilaterais – intergo-

vernamentais e não-governamentais ou “Track 2” – que os dirigentes e as comunidades passaram a ter mais em conta nos seus cálculos, opções e comportamentos, num autêntico “mosaico” de mecanismos e *membership* que o gráfico 1 revela.

A cooperação multilateral é mais densa na dimensão económica pela mais imediata percepção de interesses comuns e ganhos mútuos. Todavia, também envolve crescentemente o domínio da segurança, com os mesmos actores que descrevemos em competição a cooperarem em fóruns multilaterais e quadros regionais entretanto criados. Este cooperativismo multilateral desenvolve-se em mecanismos especificamente vocacionados para o diálogo e a cooperação sobre segurança quer ao nível intergovernamental – como o *ASEAN Regional Forum* (ARF), a *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia* (CICA) ou as Conversações a 6 (6 Party Talks) – quer ao nível do Track 2 não-governamental como o *Northeast Asia Security Cooperation Dialogue* (NEASCD), o *Shangri-la Dialogue* ou o *Committee on Security Cooperation in the Asia-Pacific* (CSCAP). Desenvolve-se também pela incorporação e expansão de preocupações e questões eminentemente de segurança nas agendas de organizações como a “Comunidade ASEAN” ou a *South Asian Association for Regional Cooperation* (SAARC) e mesmo a APEC, bem como de outros processos como o ASEAN+3 ou as Cimeiras da Ásia Oriental (EAS). E, claro, tudo isto a par da participação ativa destes países noutros quadros, iniciativas e coligações em prol da segurança coletiva internacional, incluindo a ONU, a OMC, o G20, a *Global Initiative to Combat Nuclear Terrorism* (GI), o combate à pirataria no Golfo de Aden/Costa da Somália, a estabilização e reconstrução do Afeganistão e do Iraque, a *Proliferation Security Initiative* (PSI) ou a *Container Security Initiative* (CSI), além de muitos outros regimes, tratados e convenções internacionais.

Constata-se ainda que a cooperação regional é mais fecunda em áreas como a luta antiterrorista, a segurança energética, económica e marítima, a contra-pirataria, o combate à criminalidade transnacional, o socorro de emergência em catástrofes naturais ou mesmo a gestão de certos conflitos e crises do que na resolução de certos *hotspots* e das inúmeras disputas territoriais e fronteiriças, por ser mais fácil os atores identificarem “denominadores comuns” nas primeiras. Na realidade, o papel das instituições e dos regimes multilaterais nestas disputas é bastante limitado. Com base numa conceção tradicional de soberania e na busca incessante de situações *win-win* que não implicam a alienação de nenhum dos seus interesses fundamentais, a generalidade dos governos da Ásia-Pacífico resiste em regular “questões fraturantes”, submeter-se a regras e regimes externos muito rígidos que reduzam a sua margem de manobra ou aceitar a alegada “intromissão” alheia nos seus “assuntos internos”.

Gráfico 1 – Organizações e multilateralismo na Ásia-Pacífico



Fonte: Construído e atualizado a partir de Dent (2008: 23).

Os países da região estão a abraçar o multilateralismo e a cooperação institucionalizada segundo o modelo *ASEAN way*, obviamente bastante “confortável” mas que torna os compromissos superficiais e, essencialmente, declarativos e as instituições regionais menos efetivas e com influência limitada no comportamento dos Estados e na segurança regional. Isto sugere que os principais atores estão a aumentar o seu nível de participação e de envolvimento nos processos e instituições multilaterais, em grande medida, para prevenir evoluções contrárias aos seus interesses, e evitar que essas estruturas se transformem em instrumentos ao serviço de virtuais rivais e/ou promover os seus próprios interesses e estatuto.

Ainda assim, deve reconhecer-se que a cooperação multilateral tem registado progressos importantes e dado um contributo significativo quer em áreas específicas quer para a ordem internacional e a segurança na Ásia-Pacífico. Ao promoverem um sentido de benefício comum, as estruturas regionais têm influenciado a definição do “interesse nacional” e afetado a forma como determinados objectivos vêm sendo prosseguidos. Mesmo sem ultrapassar certos constrangimentos e não resolvendo determinados problemas, as instituições e os mecanismos multilaterais regionais têm, pelo menos, contribuído para evitar que certas disputas se agravem.

Acresce que propiciando a interação regular e a diplomacia preventiva multilateral, esses quadros favorecem a confiança mútua, amenizam tensões e contribuem para que os diversos atores identifiquem matérias e plataformas de convergência, estabeleçam e aceitem certas normas e procedimentos de convivência e desenvolvam hábitos de diálogo e de cooperação em verdadeira “socialização”, sendo as instituições e os mecanismos multilaterais claramente um canal suplementar aos relacionamentos bilaterais (Dent, 2008).

Por outro lado, as instituições vêm favorecendo processos de regionalismo ou integração regional em várias sub-regiões (Ásia Meridional, do Sudeste e Oriental) e no quadro global da Ásia-Pacífico pelas “coerências” associativa, integrativa e organizacional, socializando os participantes, harmonizando as ideias e os discursos e aumentando a auto-consciencialização da necessidade de soluções regionais para problemas comuns. Mais: impulsionadas pelos processos institucionais mas também por ideias invocadas e repetidas exaustivamente como “valores asiáticos”, “século asiático”, “comunidade ASEAN”, ou “comunidades” da Ásia Oriental, do Pacífico e da Ásia-Pacífico (materializando-se em torno dos processos APEC, ASEAN+3 e EAS), as identidades e as interações estão a reconstruir-se, numa evidente estratégia política para que assim seja.

Considerações Finais

À semelhança de outras Eras, a geografia, a história e a estrutura de poder influenciam, sem determinar, as percepções, as opções e as relações na Ásia-Pacífico, continuando a segurança a ser vital para a globalidade dos atores e a marcar profundamente as opções e as interações nesta macrorregião. Tal como no passado, as prioridades e preocupações de segurança variam actualmente consoante as condições específicas de cada comunidade e de cada sub-região. Nesta diversidade, a principal referência de segurança continua a ser o Estado, enquanto os valores e interesses vitais a pretenderem-se seguros são a integridade do Estado, a sobrevivência política e o crescimento económico. De qualquer modo, a nova ênfase nos riscos e dimensões não convencionais e, simultaneamente, o facto de sobre eles ser mais fácil angariar “denominadores comuns”, torna os actores mais disponíveis para cooperarem e se concertarem bi e multilateralmente no domínio da segurança, mesmo não resolvendo certos dilemas “tradicionais”.

A partir de uma estrutura de poder híbrida onde coincidem elementos de hegemonia, bipolaridade e multipolaridade em rápida mutação, e de interações marcadas simultaneamente pelo *congruement* e pelo *hedging*, a Ásia-Pacífico configura um “sistema de sistemas de segurança”. Com efeito, aqui encontramos traços de segurança competitiva – expressa, por exemplo, no fortalecimento generalizado das capacidades militares, nas alianças, parcerias estratégicas ou nas políticas de balanceamento e contenção mútua; de segurança comum – embora

suspeitando uns dos outros e vigiando-se mutuamente, os actores enfatizam um virtual compromisso comum de sobrevivência e de segurança acomodando-se aos interesses uns dos outros, procurando assim aumentar a segurança com e não contra os outros; de segurança cooperativa – baseada na percepção de não existir ameaça imediata e de haver interesses comuns onde é possível cooperar e articular posições, privilegiando lógicas *win-win* ou ganhos mútuos e relativos e transpondo isso para os relacionamentos bilaterais e para algumas instituições e mecanismos multilaterais, prevenindo e gerindo conflitos num determinado quadro estabelecido de normas e procedimentos; e até comunidade de segurança – sobretudo, no Sudeste Asiático, onde a comunhão de interesses e valores está mais alicerçada na “comunidade ASEAN”, mas crescentemente também noutras sub-regiões como a Ásia Meridional ou a Oceânia e nos conjuntos da Ásia Oriental e da Ásia-Pacífico.

Até ver, os atores participantes recriaram uma arquitetura de segurança na Ásia-Pacífico que propicia genericamente estabilidade, paz e crescimento económico. A questão, todavia, é que esta arquitetura não é segura, é bastante volátil, com muitas ambivalências e incertezas, exigindo portanto contínuos esforços de sustentação.

Referências

- Alagappa, Muthiah (ed) (2008). *The Long Shadow: Nuclear Weapons and Security in 21st Century Asia*. Stanford: Stanford University Press.
- Beeson, Mark (2007). *Regionalism and Globalization in East Asia: Politics, Security and Economic Development*. New York: Palgrave Macmillan.
- Blij, H. J. de et al. (2010). *The World Today: Concepts and Regions in Geography* (5th edition). London: Wiley.
- China, People's Republic State Council (2009). *China's National Defense in 2008*. Disponível em http://english.chinamil.com.cn/site2/special-reports/2009-01/21/content_1627631.htm.
- Dent, Christopher M. (2008). *East Asian Regionalism*. London: Routledge.
- European Commission, DG Trade (2012). *Creating Opportunities - Bilateral Relations – Countries and Regions*. Disponível em http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/countries-and-regions/index_en.htm.
- Friedberg, Aaron L. (2000). “Will Europe's Past Be Asia's Future?”. *Survival* n.º 3, pp. 147-159.
- Gilpin, Robert (2003). “Sources of American-Japanese Economic Conflict” em G. John Ikenberry e Michael Mastanduno (eds), *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press, pp. 299-322.

- IMF *Data Mapper*. Disponível em <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>.
- Japan Ministry of Defense (2012). *Defense of Japan 2012*. Disponível em http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2012.html.
- Mahbubani, Kishore (2008). *The New Asian Hemisphere: The Irresistible Shift of Global Power to the East*. Singapore: PublicAffairs.
- Rocher, Sophie Boisseau Du e François Godement (eds) (2006). *Asie Entre Pragmatisme et Attentisme*. Paris: La Documentation Française.
- SIPRI (2012). *SIPRI Yearbook 2012 Armaments, Disarmament and International Security. Summary*. Disponível em <http://www.sipri.org/yearbook/2012/files/SIPRIYB12Summary.pdf>.
- SIPRI *Military Expenditure Database*. Disponível em <http://www.sipri.org/databases/milex>, acesso em 1/2/2013.
- Sutter, Robert G. (2005). *China's Rise in Asia: Promises and Perils*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Tomé, Luís (2010). *A Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Conceptuais* (versão pré-revista). Tese de Doutoramento em Relações Internacionais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14031/1/A%20geopol%C3%ADtica%20e%20o%20complexo%20de%20seguran%C3%A7a%20na%20C3%81sia.pdf>.
- Tomé, Luís (2011). “Estados Unidos da América” em Maria Raquel Freire (ed), *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 125-148.
- United States Department of Defense (2012). *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China. Annual Report to Congress*. Disponível em http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2012_CMPR_Final.pdf.
- WTO (2012). *World Trade Report 2012: Trade and Public Policies: a Closer Look at non-Tariff Measures in the 21st Century*. Disponível em http://www.wto.org/english/res_e/publications_e/wtr12_e.htm.